

Folhas nº 604
Processo nº 269
Rubrica nº 4**Nacional** 7
redacao@jornalpequeno.com.br | www.jornalpequeno.com.br

União compensará estados em R\$ 26,9 bi por ICMS de combustíveis

Acordo foi fechado por consenso entre governo e unidades da Federação

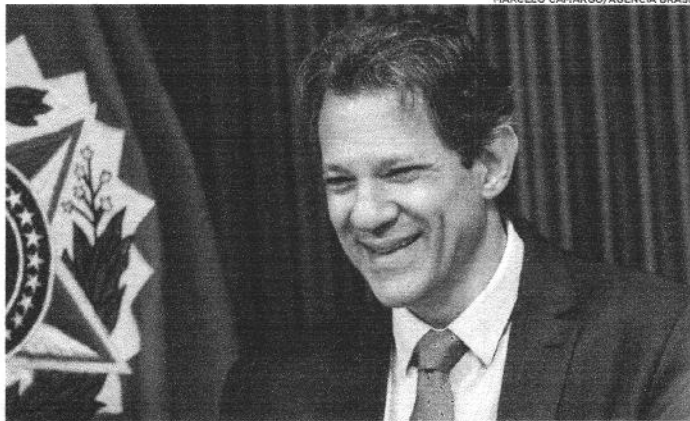
Após pouco mais de dois meses de negociações, a União e as unidades da Federação fecharam, por unanimidade, um acordo para a compensação das perdas de arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a desoneração de combustíveis. O governo federal compensará os estados e o Distrito Federal em R\$ 26,9 bilhões até 2026.

O acordo foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad; pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e pelo governador do Piauí, Rafael Fonteles, que representa os 27 governadores nas negociações. Segundo Ceron, dos R\$ 26,9 bilhões, cerca de R\$ 4 bilhões serão pagos pela União este ano, e o restante será pago em parcelas até 2025 ou 2026, dependendo do caso.

Foi muito injusto o que aconteceu no ano passado. Isso faz parte dos R\$ 300 bilhões de problemas que o governo anterior nos legou. Isso [o acordo de hoje] representa apenas 10% dos problemas que estamos administrando", disse Haddad, referindo-se ao passivo fiscal com as desonerações que antecederam as eleições do ano passado. Segundo Haddad e Fonteles, o acordo será levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. O ministro e o governador piauiense também levarão os termos do documento aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, André Mendonça e Luiz Fux, relatores das ações que envolvem as duas leis que desoneram o ICMS dos combustíveis no ano passado.

ETAPAS

Da devolução total de R\$ 26,9 bilhões, cerca de R\$ 9 bilhões já foram compensados aos estados por meio de liminares concedidas pelo STF, que suspenderam o pagamento de parcelas das dívidas de estados à União. Nesses casos, haverá um acerto de contas para verificar o saldo que cada unidade da Federação ainda tem a receber. Segundo Haddad, pelo menos dois estados, São Paulo e Piauí, deixaram de pagar parcelas das



O ministro Fernando Haddad participou do anúncio do acordo para a compensação das perdas de arrecadação do ICMS

dívidas mais do que têm direito a receber. Nesses casos, será dado um tratamento específico para a devolução dos recursos compensados a mais.

Nos demais estados, que têm recursos a receber, o saldo remanescente será abatido das parcelas da dívida com a União ou pago com aportes da União (a estados com pequenas dívidas ou sem débitos com o governo federal) até 2026. Com base no saldo restante, o dinheiro será parcelado da seguinte forma. Os estados com até R\$ 150 milhões em compensações receberão 50% em 2023 e 50% em 2024, com recursos do Tesouro Nacional. Os estados com compensações entre R\$ 150 milhões e R\$ 500 milhões, receberão 25% em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025.

Os estados em Regime de Recuperação Fiscal - Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul - receberão da mesma forma que os demais, com a diferença de que poderão abater R\$ 900 milhões na parcela das dívidas com a União em 2026. Por estarem em recuperação fiscal,

esses estados estão quitando os débitos com o governo federal em condições especiais, enquanto executam programas locais de ajuste fiscal.

HISTÓRICO

Em junho do ano passado, as leis complementares 192 e 194 impuseram um teto de 17% ou de 18% (dependendo do estado) para o ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transporte público. Anteriormente, havia estado que cobrava mais de 30% de ICMS sobre os combustíveis.

Durante a tramitação das leis, os parlamentares inseriram um artigo obrigando a União a compensar as perdas de arrecadação do ICMS, tributo arrecadado pelos estados. O governo anterior vetou o dispositivo, mas o Congresso derrubou o veto, obrigando o governo federal a pagar alguma compensação a partir deste ano. No fim do ano passado, o STF deu 120 dias para que a União e as unidades da Federação chegassem a um entendimento. A principal dificuldade consistia em estimar a perda de arrecadação. Durante a negociação, a conta variou entre R\$ 18 bilhões e R\$ 45 bilhões. No início de fevereiro, o Tesouro Nacional havia

anunciado a intenção de parcelar a compensação.

"A conta dos governadores era mais bem embasada, mas chegava a um número bastante difícil para nós de lidar. A reparação estava entre 18 bi [bilhões de reais] e 45 bi [bilhões de reais]. Quando é um acordo, nunca é satisfatório para ninguém. É uma conta que faz com base em parâmetros. Tecnicamente, o trabalho foi intenso e chegaram ao valor de R\$ 26,9 bilhões", explicou Haddad. O governador do Piauí, que até o ano passado era presidente do Comitê Nacional dos Secretários da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz), elogiou as negociações. Segundo ele, o acordo serve de experiência para as discussões sobre a reforma tributária.

"Esse diálogo aconteceu de maneira muito tranquila, receptiva de parte a parte. Acho que isso vai contribuir para a nova etapa, que é a discussão da reforma tributária. Sem sombra de dúvidas, os estados estão muito interessados nessa questão, até porque o tributo mais complexo é o ICMS, que precisa ser reformado de fato, e o país ser colocado em linha com a experiência internacional", disse Fonteles. (AGÊNCIA BRASIL)

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANHÃOZINHO/MA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANHÃOZINHO/MA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada através da Portaria nº 015/2022, torna público que realizará licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, na forma do Decreto Federal nº 10.024/2019, do tipo Menor Preço por Item, objetivando o Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de mobiliário escolar de interesse da Secretaria Municipal de Educação do Município de Maranhãozinho/MA, em conformidade com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital a ser realizado em: 21/03/2023, às 09:00hs, através do Portal de Compras: <https://comprasbr.com.br/>, e na Sala da Comissão Permanente de Licitação, bem como, poderão ser solicitados através do e-mail: licitacao.maranhaozinho@gmail.com

Maranhãozinho/MA, 03 de março de 2023.

Isadora Pires

Pregoeira
Maranhãozinho/MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2023 - CPL/PMAP. PROC. ADM. Nº 269/2022. O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA torna público que realizará no dia 24/03/2023 às 11:00h, na sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Avenida Presidente Médici, S/N, Centro, Itaipava, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MAIOR DESCONTO, visando a seleção para Registro de Preço para fornecimento, sob demanda, de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S-10), sob demanda, de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S-10), para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal, e das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social, Trabalho e Cidadania, Educação, Esporte e Lazer, Obras e Urbanismo, Agricultura, Cultura, e Meio Ambiente, do Município de Alto Alegre do Pindaré, com sede a pelo menos 50km de distância da sede do Município, e que funcione diariamente, 24h por dia, cuja caracterização e abrangência estão descritas no Edital e seus anexos, com fundamento legal na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, das 08 às 12 horas, onde poderão ser gratuitamente consultados ou obtidos através da apresentação de nota eletrônica (pervel), ou ainda por meio do portal de transparência do Município na alta lotações localizado no endereço eletrônico: www.transparencia.altoalegredopindare.ma.gov.br, ou ainda através do e-mail cpl.altoalegrepp@gmail.com (respeitado o horário citado para resposta). Por fim, qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquiriram o Edital na CPL. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados na CPL, no endereço acima. Alto Alegre do Pindaré (MA), 09 de Março de 2023. Francivaldo Vilela Fernandes Pregoeiro da CPL/PMAP.

LUSITANA EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ (ME) nº 06.262.607/0001-80
NIRE nº 2130009361

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas de LUSITANA EMPREENDIMENTOS S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária em primeira convocação com a presença de acionistas que representem no mínimo 1/4 do capital social com direito a voto, com início às 15:00 horas do dia 23 de março de 2023, e em segunda convocação com qualquer número e início às 16:20 horas, em seu escritório central, sito na Avenida Daniel de La Touche, nº 2.800, Lusitana Mall, Esplanada A-12, bairro da COHAMA, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:
 - 1.1. Prestação de Contas da Diretoria e do Conselho de Administração, discussão e votação do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022.
 - 1.2. Apreciação da destinação do Lucro do Exercício e Lucro a Disposição da Assembleia Geral.
 - 1.3. Fixação da remuneração global dos Administradores da Sociedade, nos termos do art.11 do Estatuto Social.
 - 1.4. Outros assuntos de interesse da Sociedade.
2. EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:
 - 2.1. Eleição do Presidente do Conselho de Administração
 - 2.2. Eleição do Vice Presidente do Conselho de Administração
 - 2.3. Eleição da Secretária do Conselho de Administração
 - 2.4. Eleição dos demais conselheiros do Conselho de Administração
 - 2.5. Outros assuntos de interesse da Sociedade

São Luís (MA), 15 de março de 2023

ABRAMO FREITAS VALINHOS JÚNIOR
Presidente do Conselho de Administração

Invasões de terras

Ministério do Desenvolvimento Agrário cria mesa de negociação entre empresas e MST

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) criou uma mesa de negociação entre a empresa Suzano Papel e Celulose e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A medida foi adotada, após o MST invadir três áreas produtivas da companhia no extremo sul da Bahia. O movimento alega que a Suzano descumpriu um acordo firmado

em 2011 e que as áreas da empresa são utilizadas para a monocultura de eucalipto. Segundo o ministro do MDA, Paulo Teixeira, após reunião com a Suzano e representantes do MST, ficou definido que ambas as partes vão retomar esse diálogo que foi interrompido. "Foi retomado o diálogo. Houve uma negociação em 2011 entre as partes, que eram três empresas que foram

incorporados pela Suzano, e esse diálogo foi interrompido em 2016. Criamos uma mesa de negociação que fará a sua primeira reunião em 16 de março". Paulo Teixeira afirmou que até lá, as partes vão revisar os termos do acordo que foi firmado para atualizá-lo. "Queremos reafirmar o acordo feito em 2011 porque as partes querem cumpri-lo", Teixeira

não detalhou os motivos do rompimento do acordo entre empresa e o MST em 2016.

O QUE DIZ A SUZANO

A Suzano diz, em nota, que cumpriu sua parte no acordo, destinando 12 imóveis rurais aptos de aquisição pelo Inca e assentamento de famílias. A empresa afirma que o Inca concluiu a aquisição de apenas 2 das propriedades rurais. (COM INFORMAÇÕES DO BRASIL 67)

RT-PCR no mesmo dia!
Covid-19

VELOCIDADE E SEGURANÇA NO RESULTADO!

*Atendimento particular realizado até as 15h. Exame para viagem internacional com prazo de até 2 dias úteis para entrega com laudo em inglês.
Exame feito nas unidades: Magalhães de Almeida, Cohama, Cohatrac, Cidade Operária, Maiobão.

WhatsApp: 3133 3300
LABORATÓRIO Gemma

por metro quadrado
PROJETOS ARQUITETÔNICOS E CONSULTORIAS

PENSAMOS POR METRO QUADRADO! PEÇA JÁ O SEU ORÇAMENTO!

Comercial • Residencial • Interiores • Urbanismo • Hospitalar • Perímetro: 3D

Contato: **MARCELO NUNES MORAIS** (11) 3133-3300
MARINA LIZ FREIRE BOGGA (11) 3133-3300

geral@pormetroquadrado.com
www.pormetroquadrado.com
R. Rui Barbosa, 110, 1º andar, Jd. São Luiz, São Paulo, SP